Renda mínima e desemprego por IA

Lu Aiko Otta

Para quem pensa o futuro das contas públicas federais, o tamanho da dívida e o buraco crescente da Previdência Social podem nem ser os maiores problemas. A grande questão que aguarda logo adiante é a onda de desemprego a ser provocada pelo avanço da Inteligência Artificial (IA).

No governo e na oposição, há cabeças ocupadas com o tema. Não se tem notícia de proposta pronta, mas as ideias convergem para a criação de um programa de renda mínima. Quem seria atendido e, mais importante, como a conta seria paga são perguntas ainda sem resposta.

Sem referência à IA, a ideia do programa de renda mínima foi levantada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele disse considerar que o Orçamento brasileiro está maduro para isso. Não entrou em detalhes, mas mencionou que o tema foi discutido pelo governo final de 2024.

Entre os estudos da época, estava a reorganização dos benefícios sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-defeso, o abono salarial, o seguro-desemprego. Havia outros candidatos a entrar no bolo, como uma parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Tudo poderia ser fundido num novo programa.

Atenderia, por exemplo, as famílias do CadÚnico. Ou quem estivesse fora do mercado de trabalho. Ou ainda trabalhadores de renda baixa, como empregados domésticos.

Eram várias as possibilidades sobre a mesa, e a amarração final dependia de decisão política. Havia configurações que permitiriam pagar benefícios superiores a um salário mínimo.

A percepção era que, considerando os benefícios já pagos, o Brasil já tem, na prática, um programa de renda mínima. Era questão de organizar e, dependendo da ambição política, encontrar mais fontes de recursos para atender um público maior.

Esse rearranjo passaria como um trator sobre batalhas várias vezes perdidas pelos técnicos. Por exemplo, a dificuldade de controlar as concessões do seguro-defeso e do BPC. A impossibilidade de reformular o abono salarial, que hoje deixa de fora os trabalhadores informais de baixa renda. Os elevados volumes transferidos para a educação básica, num momento em que a demografia do país mudou. Por fim, seria possível desatrelar os benefícios sociais do salário mínimo.

Nos bastidores, esses estudos foram atacados pela ala política do governo e voltaram para as gavetas. Um momento para retomá-los seria, talvez, a campanha eleitoral ou imediatamente após.

O programa de renda mínima poderia servir para atenuar o problema social do desemprego decorrente do uso da inteligência artificial.

Também na oposição esse é um ponto de preocupação não só pelo desemprego em si, mas pelo impacto que isso provocará na atividade econômica. Um programa de renda mínima para apoiar os mais vulneráveis é discutido.

No evento "Rumos 2026", promovido pelo **Valor** no início deste mês, a diretora Macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srour, apontou o impacto da inteligência artificial na economia, sobretudo no mercado de trabalho, como o principal desafio do momento.

Na China, linha de frente na adoção da inteligência artificial, aposta-se na requalificação de mão de obra para uma nova economia e um novo mercado de trabalho. O foco está na formação tecnológica de adultos, jovens e até crianças do ensino primário.

Aqui, em contraste, o número de formandos em engenharia recuou perto de 30% de 2015 para 2023.

Apesar do otimismo chinês quanto à recolocação de trabalhadores em novos empregos, especialistas questionam o que acontecerá na fase de transição. O que acontecer por lá pode dar pistas sobre como reagir por aqui.

Haddad

De saída do governo desde janeiro, Haddad deve desocupar o gabinete ministerial na semana que vem. Nesta terça-feira (10), não confirmou que concorrerá ao governo de São Paulo — algo dado como certo na ala política do governo.

Vai levar no currículo a reforma tributária, que ficou em negociação por quatro décadas e, quando implementada, agregará de 6% a 20% no Produto Interno Bruto (PIB). Também colocou a Receita Federal como uma engrenagem da segurança pública, como se viu em operações como Carbono Oculto. Entregará um conjunto de indicadores favoráveis ao governo, como a menor inflação num ciclo de quatro anos e o menor desemprego da história.

Faltou dar um horizonte de sustentabilidade para a dívida pública. Ele mesmo diz que as medidas de ajuste fiscal ficaram aquém do que gostaria.

Haddad levantou a lebre do programa de renda mínima. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, cotado para ser o número dois da Fazenda nesta reta final, falou em acelerar o ajuste fiscal no próximo ciclo e em mudanças na Previdência Social. O governo ainda define programas e bandeiras que irão para a campanha, mas o ministro e sua equipe se anteciparam para marcar posição por uma agenda de reformas estruturais.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Infraestrutura No Brasil, especialistas dizem que fonte é adicional e que novos investimentos no setor dependem de futuro de Angra 3

Energia nuclear volta à agenda 15 anos depois de Fukushima

Paula Martini
Do Rio

Quinze anos após o acidente nuclear de Fukushima, no Japão, ocorrido em 11 de março de 2011, a energia nuclear volta a ganhar espaço nas estratégias de descarbonização ao redor do mundo. A fonte, responsável por cerca de 9% da geração elétrica global, tem sido vista por países com recursos naturais escassos como alternativa para reduzir emissões, ao mesmo tempo em que conflitos geopolíticos recentes reforçam preocupações com a segurança energética.

No Brasil, a fonte nuclear responde por 2% da eletricidade e deve manter papel complementar diante do custo e da presença de fontes renováveis na matriz energética. Para especialistas, a construção de novas usinas também esbarra no destino de Angra 3, marcada por idas e vindas há 40 anos.

Para especialistas, o avanço da energia atômica está ligado à necessidade de reduzir emissões e garantir o fornecimento contínuo de energia. "Além da questão da guerra e dessa mudança geopolítica mundial, a redução das emissões de carbono nas atividades industriais é essencial", diz Aquilino Senra, professor do Departamento de Engenharia Nuclear da Escola Politécnica da UFRJ.

Defensores da energia nuclear argumentam que, embora fontes renováveis como solar e eólica tenham papel central na transição energética, não produzem energia de forma constante e estão sujeitas a condições climáticas. "A nuclear é uma fonte que, mais do que limpa, é estável. Se chover ou não chover, se ventar ou não ventar, não faz diferença", diz o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha.

A energia nuclear, que representou 17% da eletricidade global nos anos 1990, enfrenta resistências associadas ao uso militar e a acidentes como os de Chernobyl (1986) e de Fukushima. Ambientalistas também alertam sobre o risco relacionado a vazamentos de resíduos nucleares. "A energia nuclear a base de urânio gera um resíduo que leva milhares de anos para se decompor. Quando entra nos rios ou no solo, causa acidentes e torna a área inabitável", diz o climatologista Carlos Nobre.

Para Senra, a imagem negativa tende a diminuir diante da crescente demanda por energia e dos avanços tecnológicos que ampliaram os padrões de segurança das usinas: "A aceitação pública é um problema que está sendo vencido ao redor do mundo por uma razão simples: precisa-se de energia para crescer", enfatiza o professor.

Os defensores ressaltam ainda que o setor vive um novo ciclo de expansão global, impulsionado pelo crescimento da demanda por energia, inclusive de grandes consumidores, como data centers. "Essas estruturas precisam de grande volume de energia concentrada 24 horas por dia, sete dias por semana, sem oscilação", afirma Cunha.

O relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) sobre o mercado de eletricidade publicado este ano projeta que metade da energia elétrica mundial virá de fontes renováveis e nucleares até 2030. O documento aponta que a geração nuclear atingiu um novo recorde em 2025 e deve crescer 2,8% até 2030, mais que o dobro da taxa de crescimento de 1,3% registrada entre 2021 e 2025.

Os ganhos são impulsionados pela retomada das operações de reatores no Japão, pelo aumento da geração na França e pela adição de novas capacidades na China e na Índia. Nos próximos anos, o crescimento será sustentado sobretudo pela China, que responderá por 40% do aumento global.

No Brasil, a energia nuclear tende a manter papel complementar, avaliam especialistas. Eles destacam a predominância de fontes hidrelétrica, solar e eólica e o custo da energia.

O programa brasileiro nuclear teve início na década de 1970, com o projeto de construção de quatro usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ). Do plano inicial, duas usinas estão em operação (Angra 1 e Angra 2). Espera-se a conclusão de Angra 3, cuja construção começou em 1984, mas o projeto sofreu atrasos e paralisações.

O governo tem planos de expandir a geração nuclear, com possibilidade de construir novas centrais de menor porte. Os Pequenos Reatores Modulares (SMRs, na sigla em inglês) são apontados como uma das principais tendências da indústria nuclear global por apresentarem avanços em segurança e flexibilidade de instalação.

O economista Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, argumenta que o debate sobre a expansão da energia nuclear precisa ser analisado de forma distinta no caso brasileiro em relação a países mais dependentes de combustíveis fósseis. Enquanto Japão e diversos países europeus veem a fonte como estratégica para garantir segurança energética e reduzir emissões, o Brasil conta com uma matriz elétrica relativamente limpa e diversificada. "Com a guerra da Ucrânia, e ainda mais do Irã, fica claro como é importante os países terem independência energética."

Castro diz que a principal justificativa para ampliar a energia nuclear no Brasil seria fortalecer uma cadeia produtiva na qual o país possui vantagens competitivas, como reservas de urânio e capacidade de enriquecimento, mas não tem escala. "Como o Brasil tem recursos energéticos renováveis em quantidade e a custo baixo, a energia nuclear só se justifica do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico", diz.

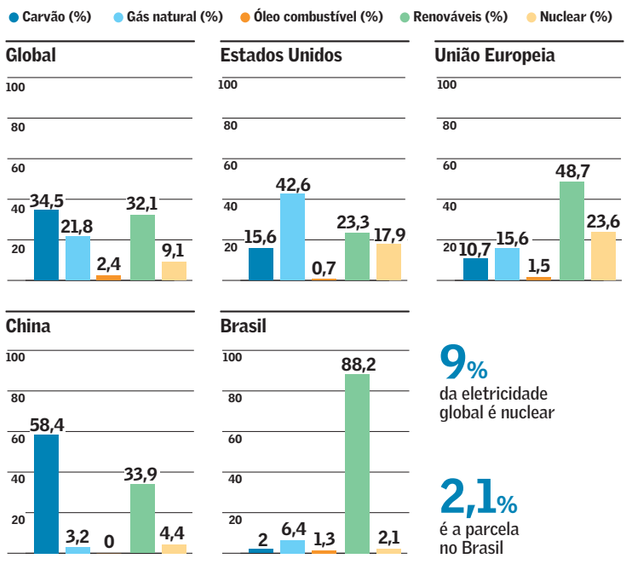
Senra, da UFRJ, diz que ampliar a participação da fonte para cerca de 5% da matriz elétrica brasileira poderia trazer ganhos de estabilidade sem pressionar significativamente a conta de luz.

No Japão, que paralisou as usinas nucleares e passou a submeter reatores a revisões rigorosas de segurança, o debate sobre o papel da energia nuclear também ganhou fôlego. A participação da fonte nuclear na matriz energética japonesa, que era de cerca de 20% antes de Fukushima, caiu para 8,5% em 2023, segundo o diretor-adjunto da divisão de assuntos internacionais da Agência de Recursos Naturais e Energia do Japão, Taro Han.

A atual política energética japonesa busca equilibrar diferentes fontes na transição para uma economia de baixo carbono. O governo pretende elevar a participação da energia nuclear para cerca de 20% da matriz até 2040, em uma composição que prevê entre 40% e 50% de fontes renováveis e de 30% a 40% de geração térmica.

"É natural que as pessoas tenham evitado a energia nuclear logo após o acidente de Fukushima", admitiu Han ao **Valor** em visita do jornal ao país em outubro. "Mas diante de crises de segurança energética que enfrentamos, incluindo a agressão russa à Ucrânia e outros episódios geopolíticos, a população japonesa tem passado a aceitar mais a energia nuclear como uma fonte importante." ***(Colaborou Fábio Couto)***

Participação da energia nuclear no mundo
Matriz elétrica internacional em 2024



Fonte: Agência Internacional de Energia (IEA)

"Diante de crises, população japonesa passou a aceitar mais" *Taro Han*

LEO PINHEIRO/VALOR

Aquilino Senra: "Aceitação pública é um problema que está sendo vencido"

GIL SILVA/ VALOR

Carlos Nobre: "Resíduo nuclear leva milhares de anos para se decompor"

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

30E **B6**
Abra **B4**
Acelen **B4**
Airbus **B4**
Alibaba **B2**
Alphabet **B6**
Amazon **B2, B6**
American Airlines **B4**
Apple **B2**
APS Serviços Especializados **C6**
Aurora Energy Research **B4**
Avianca **B4**
Avolon **B4**
Azul **B4**
Banco de Brasília **C4**
Banco Master **C2, C4, C6**
Binance **B6**
Boeing **B4**
BTG **B5**
BTG Pactual **B1, B3**
Bytedance **B2**
Canal Futura **A6**
Casa dos Ventos **B2**
Casino **B1**
CBIE **B4**
Citi **B5**
Compass **B5**
Cosan **B5**
Delta **B4**
Editora Globo **A6**
Enel Rio **B2**
Fictor **C4, C6**
Fitch **B1**
Fortesec **C6**
Geely **B5**
Gol **B4**
Google **B6**
GPA **B3**
HSBC **B1**
Itaú BBA **B3**
Itaú Unibanco **B1, B6**
Jefferies **B5**
Kapitalo Investimentos **C2**
Kinea Investimentos **C2**
Kroll **C4**
Latam **B4**
Light **B2**
Machado Meyer **C4**
Master **A11**
McKinsey **A4**
Menfis **B5**
Mercado Livre **B2**
Meta **B6**
Meta Asset Management **C1**
Microsoft **B6**
Moove **B5**
MRV&Co **B5**
Mubadala **B4**
Nexus **C3**
North Sea **C6**
Nvidia **B6**
Oliveira Trust **C6**
Omnia **B2**
Onyx Commodities **C2**
Oracle **B6**
Oriz Partners **C1**
Parcitas Investimentos **C1**
Pátria **B2**
Perfin **B5**
Petrobras **A4, B4, C2**
Planner **C6**
Planner Corretora **C6**
PSR Consultoria **B4**
Qatar Energy **B4**
Qore DTVM **C6**
Rabobank **B1**
Radar **B5**
Raízen **C3**
Reag **C4, C6**
Renault **B5**
Resia **B5**
Rumo **B5**
Sefer **C6**
Shell **A6, B5**
SpaceX **B6**
Tesla **B6**
TikTok **B2**
UBS Global Wealth Management **A2**
Vale **B3, B5**
Vale Base Metals **B3**
Vista Capital **C2**
XP **B5**
XP Inc. **C3**

Informação estratégica para decisões assertivas: **você encontra no Valor.**
Assine agora
valor.globo.com/assine
Valor Econômico